



# A AUDIODESCRIÇÃO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMA REMOTA: O ESTAGIARIO DEFICIENTE VISUAL NA OBSERVAÇÃO DA SALA DE AULA

GT 10 – Educação Especial

Eliane Galvão Gomes <sup>1</sup>

## RESUMO

O vírus COVID-19, provocou uma crise sanitária mundial, e com ela a necessidade de distanciamento social. Para dar continuidade no ensino e aprendizagem em meio a uma pandemia veloz, preservando vidas, foi apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) uma resolução com diretrizes referentes ao período de suspensão do ensino presencial no contexto pandêmico. Em nossa atividade na mediação pedagógica na disciplina de Estágio Supervisionado II, no curso de licenciatura letras espanhol EaD, identificamos a seguinte situação-problema: como alunos cegos podem fazer a prática de observação de sala aula do estágio presencial, agora de forma remota? O estágio configura-se como uma fase de extrema relevância na formação do futuro docente, haja vista que neste período o aluno estagiário terá a oportunidade de observar e caracterizar a sala de aula, planejar a regência para consolidar teoria à prática. Para tanto, nos debruçamos nos seguintes arcabouços teóricos : BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: 1988; Mantoan (2013); Marinho e Sadao (2017) Franco e Silva (2010; Lei Brasileira de Inclusão n° 13.146/2015; Moran; Masetto; Behrens, 2000) ;Imai, (1994), entre outros . Portanto, a partir do inventário teórico mencionado, nos referimos a possibilidade do recurso audiodescrição (AD), que pode ser incorporado em situações de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência visual visando reduzir a barreira comunicacional , para que os discentes consigam cumprir a exigência do estágio supervisionado II. Para apresentar as ideias de forma sucinta, foi escolhido o método Kaizen. O método está alicerçado em um sistema simples de resolução de problema.

**Palavras-chave:** Audiodescrição, Estágio Supervisionado, Deficiência visual, , Superaração de barreira.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de Letras Espanhol do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, [eliane\\_galvao\\_gomes@hotmail.com](mailto:eliane_galvao_gomes@hotmail.com).



O acesso à educação é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade, e a escola tem essa função social, e o compromisso para transformação cidadã. E, pautando-nos na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), a educação é para “Todos”, incluindo o ensino da criança com deficiência. A inclusão está relacionada à perspectiva da educação para todos, e se configura, segundo Mantoan (2013), em não deixar “ninguém de fora”, de maneira a garantir que o direito à diferença propicie o sucesso dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva, Dainez e Smolka (2019, s.p.) citam as leis que possibilitam garantia para as “condições de acesso, permanência e progressão na escola pública”:

[...] o movimento de formação e ampliação do direito educacional/escolar a essa população: a identificação da criança excepcional como aluno do sistema geral de educação, regulamentada pelas disposições da LDBEN n.4.024/61 (BRASIL, 1961); a determinação de tratamento especial a esses alunos, amparado pela Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971); o entendimento da Educação Especial como modalidade da educação escolar e sua oferta como dever constitucional do Estado, garantida desde a Educação Infantil na LDBEN n. 9.394/96 (BRASIL, 1996, s.p.).

É importante recordar que mesmo existindo políticas públicas que assumem a educação de alunos público-alvo da Educação Especial, grandes são os desafios enfrentados pelas escolas que recebem esse público. Pois, é percebido que parte dos professores não possuem conhecimento e habilidades para atuarem em salas que apresenta algum aluno com deficiência ou transtornos globais.

Nessa linha de raciocínio, observa-se como é importante que o professor receba “conhecimentos teóricos e práticos sobre as necessidades específicas de alunos público-alvo da Educação Especial” (BRASIL, 1996, s.p.). Em conformidade com Marinho e Sadao (2017, s.p.), a Educação Especial está sendo ressignificada e que:

O processo de formação, portanto, precisa ser capaz de lidar com características psicossociais de futuros professores, tais como suas concepções sobre Educação Inclusiva e Educação Especial, levando-os a refletirem sobre elas e eventualmente modificá-las em conformidade com as demandas efetivas do processo de ensino e aprendizagem (MARINHO; SADAO, 2017s.p).

Assim, percebe-se que na atuação docente se faz necessário um planejamento voltado para a perspectiva de novos desafios no contexto da inclusão na educação. É importante ressaltar que, compete ao docente considerar sua práxis com intervenções pedagógicas de ensino e aprendizagem que alcance estudantes com necessidades educacionais específicas.

Dentro desse raciocínio, é pertinente que o docente conheça as dificuldades dos discentes e busque por recursos e propostas pedagógicas que contribuam para a eliminação de

barreiras, propiciando participação ativa dos estudantes, com ou sem deficiência. Isso é inclusão.

Sendo assim, podemos perceber a necessidade de ir além de conteúdos, e que os professores estejam abertos a “experiências práticas de ensino inclusivo”, na perspectiva de uma educação com práticas pedagógicas inclusivas. Nosso objetivo nesse trabalho é propor uma alternativa capaz de superar a barreira, para que os discentes com deficiência visual consigam cumprir a exigência do estágio supervisionado II.

E, foi perante o cenário pandêmico, que nossa atividade como mediadora pedagógica no curso de Licenciatura em Letras Espanhol, modalidade EaD, nos desafiou a buscar alternativa adaptativa como proposta para solucionar o problema de barreira comunicacional. Então, nossa proposta foi o uso da audiodescrição dos cenários do ambiente, em que as aulas da rede estadual foram gravadas.

Oliveira (2018,p.69) afirma que

Conhecer sobre a AD, portanto, pode representar a inserção de um instrumento de mediação linguística fundamental para o aluno que é PcDV no cotidiano escolar, quando este mais necessita estar em nível equânime para, assim como seus colegas normovisuais, realizar atividades de inferências, deduções e conclusões relacionadas a conteúdos visuais.

Dentro dessa perspectiva, nosso trabalho tem apoio nos seguintes arcabouços teóricos : BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: 1988; Mantoan (2013); Marinho e Sadao (2017); Oliveira(2018); Franco e Silva (2010); Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015; Moran; Masetto; Behrens (2000) ,entre outros .

Considerando a perspectiva em que a educação é para todos, as instituições de ensino devem preparar todos os ambientes em que a Pessoa com Deficiência participa, de modo que favoreça o êxito dos estudantes e faça valer o direito à diferença no processo do aprender (MANTOAN, 2013).

## **METODOLOGIA**

Assim, para atender o acesso a percepção e análise das aulas gravadas foi necessária nossa intervenção na mediação pedagógica. Foram feitas adequações do Roteiro dos pontos observáveis das aulas, agora online ou gravadas, e em seguida a audiodescrição de todo ambiente da sala de aula gravada.

Segundo Franco e Silva (2010, p. 1), “[...] a audiodescrição torna possível que informações importantes, transmitidas visualmente, não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão”.



Oliveira(2018,p,18) comenta que “audiodescrição (AD), uma poderosa ferramenta que visa a reduzir as barreiras comunicacionais, mas também as barreiras atitudinais, pois a comunicação inclusiva é um ato de cidadania, nesses tempos tão insensíveis às dificuldades alheias”.

Nesse sentido, iniciamos o trabalho. Marcamos o horário em que faríamos a áudio descrição e as alunas acompanhariam e anotariam tudo que era narrado. Descrevemos ainda o posicionamento, a postura e gestos dos professores no decorrer da apresentação de suas aulas, as imagens que surgiam nos vídeos, bem como os materiais que os docentes utilizam para apresentar os conteúdos aos alunos, o que segundo as alunas “foi de grande relevância para a compreensão”, proporcionando uma análise mais consistente das videoaulas que foram escolhidas.

Diante disso, é perceptível a necessidade de as instituições de ensino promoverem serviços e adaptações necessárias, para que haja verdadeiramente educação inclusiva, e assim se cumpra o que é definido pela Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, em seu artigo 28º, no seguinte termo:

Artigo 28 inciso III – [...] o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (BRASIL, 2015, s.p, on-line).

Sendo assim, o uso da audiodescrição como ferramenta metodológica para analisar e descrever imagens, oportuniza leitura de mundo para a pessoa com deficiência visual, que tem a audição como canal de orientação na mobilidade, comunicação, desenvolvimento cognitivo e aprendizagem.

Conforme o exposto, percebemos que o uso da estratégia da audiodescrição é uma forma da prática pedagógica diferenciada, e sem dúvida garante condições de igualdade e aprendizagem significativa para alunos com deficiência visual. Assim, todas as 04 aulas Audiodescritas em que foram avaliadas, eram no formato de videoaulas, e possuíam como ferramenta o *youtube*, e foi feita a audiodescrição para as discentes do estágio II.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como resultado da prática pedagógica com audiodescrição de vídeo-aulas escolhidas por discentes com deficiência visual, como forma de cumprir as horas do estágio II. Então, foi possível perceber que as estagiárias tiveram compreensão dos conteúdos que estavam sendo

exibidos nas vídeo aulas descritas por nós, lhes proporcionando autonomia nas percepções do que acontecia no percurso da aula apresentada.

Tudo isto nos faz refletir acerca do professor ser flexível e buscar constantemente atualizar sua didática, desenvolvendo novos recursos e estratégias de ensino inclusivo. Tendo a audiodescrição como tecnologia assistiva que pode ser usada como ferramenta pedagógica inclusiva, traduzindo todo conteúdo verbal em conteúdo visual, propiciando às pessoas cegas o acesso a obras diversas garantindo-lhes aprendizagem em igualdade de condições.

Para apresentar as ideias de forma sucinta nesse trabalho, foi escolhido o método *Kaizen*. Assim, apresenta o problema encontrado, as possíveis soluções e resultados, mas também uma análise de antes e depois da aplicação do projeto em questão.

*Kaizen* é uma palavras japonesas que segundo Sunaga(2019) “[...]é formada por duas partes – Kai – que significa mudar e – Zen – que significa melhor. Trata-se de uma filosofia japonesa que motiva a melhoria contínua dos processos”.

O método Kaizen, está alicerçado em um sistema simples de resolução de problema . Outro aspecto levantado por Sunaga(2019) é que na educação, o Kaizen trás ação para o “engajamento dos alunos e na promoção de habilidades e competências destacadas na BNCC”, utilizando-a [...] de acordo com os objetivos que se quer alcançar naquele estágio da sua turma”.

Sendo assim, depois identificar o problemas e encontrar a possivel resolução para uma prática pedagógica diferenciada inclusiva , apresentaremos a adoção da abordagem de kaizen em 5 etapas:

PROBLEMA	AÇÃO TOMADA	RESULTADOS
Dificuldade dos alunos cegos no curso de licenciatura letras espanhol na modalidade de Educação a Distância em cumprir a etapa da prática de observação de sala aula do estágio presencial, agora de forma remota.	Desenvolvido um roteiro dos pontos observáveis das aulas online ou gravadas, e em seguida a audiodescrição do ambiente, o posicionamento, a postura e gestos dos professores no decorrer da apresentação de suas aulas.	Segundo relato dos estagiários com deficiência visual, a audiodescrição “foi de grande relevância para a compreensão”, proporcionando uma análise mais consistente das videoaulas que foram escolhidas
ANTES DA APLICAÇÃO DO MÉTODO		APÓS A APLICAÇÃO DO MÉTODO
O contexto da observação de aulas remotas ou gravadas antes da produção da audiodescrição, se tornou uma grande barreira para que os estagiários com deficiência visual do curso letras espanhol EaD concluíssem a etapa obrigatória do estágio II.		Foi perceptível a compreensão das estagiárias com deficiência visual do que estava sendo exibido nas videoaulas que foram audiodescritas, lhes proporcionando autonomia nas observações do que acontecia no percurso de cada aula apresentada.

### **Imagem 1 – Framework Kaizen**

**Fonte:** a autora

Sendo assim, entende-se que todo professor deve considerar importante as metodologias criativas, inovadoras e éticas para obtenção de resultados e que possam reavaliar sua prática pedagógica, e estruturar novas formas de aprendizagem de alunos sem ou com deficiência visual.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a perspectiva de uma educação mais inclusiva, nosso trabalho aplicou-se em refletir sobre a temática de superação de barreiras tendo o recurso audiodescrição (AD) como prática pedagógica, que possibilita ao estudante com deficiência visual concluir com êxito sua atividade de estágio a distância.

Concluimos que o docente deve considerar importante na sua práxis, as metodologias criativas e inovadoras que permitem promover aprendizagem significativa para todos estudantes, com ou sem deficiência em todas modalidades de ensino, fazendo valer a igualdade de oportunidades pelo “direito universal à educação”.

Diante de todo o exposto, faz-se relevante notar que ações que possibilitem a acessibilidade com recursos e estratégias de ensino que atendam às necessidades educacionais de estudantes com deficiência visual, lhes propicia autonomia nas atividades acadêmicas.

Desse modo, é interessante dar continuidade a investigação sobre práticas pedagógicas e o uso ferramentas tecnológicas no processo de inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiência visual.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acessado em: 15 fev. de 2022.

DAINEZ, Débora. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva.** Universidade Estadual de Campinas – (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. Contato: ddainez@yahoo.com.br; asmolka@unicamp.br. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e187853, 2019

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. da. **Audiodescrição: Breve Passeio Histórico.** In: MOTTA, L. M. V. M.; FILHO, P. R. (orgs) Audiodescrição. Transformando Imagens em Palavras, São Paulo: Publicação do IFSC, 2019. 298 p. : il. ; color.

MANTOAN, M. T. E. **Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença.** DIVERSA: Educação inclusiva na prática, 2013. Disponível em: [http://www.diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/artigo\\_mantoan\\_vf2.pdf](http://www.diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/artigo_mantoan_vf2.pdf). Acesso em: 02 mar. 2020

MARINHO, Carla Cristina; OMOTE, Sadao. **Concepções de futuros professores a respeito da Educação Inclusiva e Educação Especial.** Revista Educação Especial, vol. 30, núm. 59, septiembre-diciembre, 2017, pp. 629-641 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28085>.

O kaizen na educação brasileira. Alessandro Sunaga .Blog sobre metodologias inovadoras na educação, maio 2019. Disponível em <https://alessandrosunaga.com.br/o-kaizen-na-educacao-brasileira/> acesso em 02 de mar de 2020

OLIVEIRA, Georgia Tath Lima de. **Proposta de Cartilha de Audiodescrição Didática para Professores da Educação Básica [recurso eletrônico]-2018.** Disponível em [http://www.uece.br/posla/wpcontent/uploads/sites/53/2019/11/DISSERTAC%CC%A7A%CC%83O\\_GEORGIA-TATH-LIMA-DE-OLIVEIRA.pdf](http://www.uece.br/posla/wpcontent/uploads/sites/53/2019/11/DISSERTAC%CC%A7A%CC%83O_GEORGIA-TATH-LIMA-DE-OLIVEIRA.pdf). acesso em 19 de fev de 2020.